



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO: LICENCIATURA PLENA EM LETRAS-PORTUGUÊS

SAMILLY DA SILVA BORGES

**A RELAÇÃO MERCANTILISTA REPRESENTADA PELO MATRIMÔNIO NO
ESPAÇO ROMÂNTICO TRAÇADO POR JOSÉ DE ALENCAR EM *SENHORA***

Picos - Piauí.

2025

SAMILLY DA SILVA BORGES

**A RELAÇÃO MERCANTILISTA REPRESENTADA PELO MATRIMÔNIO NO
ESPAÇO ROMÂNTICO TRAÇADO POR JOSÉ DE ALENCAR EM *SENHORA***

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras-Português, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiane Feitosa Pinheiro

Picos - Piauí.

2025

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

B732r

Borges, Samilly da Silva.

A relação mercantilista representada pelo matrimônio no espaço romântico traçado por José de Alencar em *Senhora / Samilly da Silva Borges* – 2025.

33 f.

1 Arquivo em PDF.

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo, CSHNB. Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Curso de Licenciatura em Letras, Picos, 2025.

“Orientadora: Prof.^a Dra. Cristiane Feitosa Pinheiro”.

1. Literatura brasileira – Senhora. 2. José de Alencar. I. Borges, Samilly da Silva. II. Pinheiro, Cristiane Feitosa. III. Título.

CDD 869.9

Elaborada por Maria Letícia Cristina Alcântara Gomes
Bibliotecária CRB n° 03/1835



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS
Rua Cícero Duarte Nº 905. Bairro Junco CEP 64600-000 - Picos- Piauí
Fone: (89) 3422 2032

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Às 14h (quatorze horas) do dia vinte e sete de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, na sala 833, do Curso de Letras, na Universidade Federal do Piauí, do *Campus* Senador Helvídio Nunes de Barros, cidade de Picos – PI, sob a presidência da Prof.^a Dr.^a Cristiane Feitosa Pinheiro, reuniu-se a banca examinadora de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso, sob a forma de artigo, de autoria da aluna **SAMILLY DA SILVA BORGES** do curso de Letras desta Universidade com o título **A RELAÇÃO MERCANTILISTA REPRESENTADA PELO MATRIMÔNIO NO ESPAÇO ROMÂNTICO TRAÇADO POR JOSÉ DE ALENCAR EM SENHORA**. A Banca Avaliadora ficou assim constituída: Prof.^a Dr.^a Cristiane Feitosa Pinheiro (Orientadora – Presidente), Prof. Dr. Welbert Feitosa Pinheiro (Avaliador Interno – 1º examinador), Prof.^a Dra Aucélia Vieira Ramos (Avaliadora Interna – 2º examinadora). Foram registradas as seguintes ocorrências: após a apresentação da aluna pela Presidente da banca, ocorreu a apresentação do artigo, seguido de questionamentos pelos membros da banca. Concluída a defesa, procedeu-se o julgamento pelos membros da banca examinadora, em reunião fechada, na mesma sala, sem a presença da avalianda e seus convidados. Apuradas as notas, verificou-se que a aluna foi aprovada com média geral 10,0. E, para constar, eu, Cristiane Feitosa Pinheiro, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada pelos membros da banca examinadora, será assinada por todos. Picos, 27 de junho de 2025.

Assinatura dos membros da Banca Examinadora.

Prof.^a Dr.^a Cristiane Feitosa Pinheiro
Presidente da Banca/Orientadora – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Welbert Feitosa Pinheiro
Avaliador Interno (UFPI)

Prof.^a Dra Aucélia Vieira Ramos
Avaliadora Interna (UFPI)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2 REFLEXOS DA REALIDADE: A DIMENSÃO SOCIAL DA LITERATURA	6
2.1 Narrador: o olhar que modela a obra literária	8
2.2 José de Alencar e a sua pluralidade na escrita	9
2.3 A Independência do Brasil e a expansão do comércio	12
2.4 A instituição matrimonial sob influência do mercado	14
3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA LITERÁRIA.....	18
4 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO MATRIMÔNIO SOB UMA PERSPECTIVA MERCANTILISTA	19
4.1 Entre o amor e o interesse	21
4.2 O contrato social: o matrimônio de Aurélia e Seixas	25
4.3 O fingimento e o orgulho: o preço pelo status social.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS.....	32

A RELAÇÃO MERCANTILISTA REPRESENTADA PELO MATRIMÔNIO NO ESPAÇO ROMÂNTICO TRAÇADO POR JOSÉ DE ALENCAR EM *SENHORA*

Samilly da Silva Borges¹
Cristiane Feitosa Pinheiro²

Resumo: Trata-se de uma pesquisa na área dos estudos literários, com foco na instituição matrimonial marcada pela conveniência. Objetivou-se, de forma geral, analisar a construção narrativa da relação matrimonial, pelo viés mercantilista no romance *Senhora* (1875) de José de Alencar. Especificamente, compreender as percepções acerca do matrimônio presentes no romance; apontar os traços da relação mercantilista através do relacionamento amoroso entre os protagonistas. A pesquisa justificou-se pela relevância em contribuir para pesquisas em literatura, retratadas no contexto romântico acerca do matrimônio. Para isso, fez-se uma pesquisa bibliográfica, de natureza básica, com abordagem qualitativa a partir de métodos não experimentais. A análise se desenvolveu a partir do seguinte questionamento: como o narrador elabora o processo de construção narrativa da relação matrimonial, pelo viés mercantilista, na obra *Senhora*, de José de Alencar? Através da pesquisa, identificou-se que o drama romântico foi vivenciado pelas personagens Aurélia Camargo e Fernando Seixas, que possuem a visão do casamento como uma formalidade marcada pela conveniência e pelo *status* social. Ao analisar o impasse entre a relação por interesse entre os protagonistas, pode-se caracterizar a postura das personagens à cosmovisão econômica presente no Código Comercial Brasileiro de 1850, que está relacionado à legislação mercantilista da época, norteadora da compra e venda de mercadoria, mas que se assemelha às regras da estrutura da obra e do casamento dos personagens. Através dos resultados, compreendeu-se a relevância da representação do casamento na obra como forma do desvelamento da sociedade do século XIX.

Palavras-chave: Romantismo; Matrimônio; Mercantilismo; Senhora; José de Alencar.

1. INTRODUÇÃO

Marcado por diversas modificações no cenário brasileiro, o período romântico se destacou pelo rompimento com os princípios clássicos e gerou uma vasta produção literária, com a prosa e a poesia, tratando-se de temáticas voltadas para o sujeito.

A presente pesquisa buscou analisar o romance *Senhora* (1875), do escritor José de Alencar. O autor citado, em um cenário de sentimentalismo e idealização, desmascara os reais desejos e valores da sociedade da época. Nessa perspectiva, na construção da obra, nota-se a aspiração em expor as divergências das classes sociais, bem como mostrar a luta pelo poder,

¹ Graduanda em Letras – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa (UFPI – CSHNB). E-mail: samilly.borges@ufpi.edu.br

² Doutora e Mestre em Educação (UFPI), Professora do Curso de Letras-Português (UFPI – CSHNB), orientadora da pesquisa. E-mail: cristianepinheiro@ufpi.edu.br

assim representando, por meio dos personagens principais, a busca em ascender socialmente através dos relacionamentos amorosos.

A pesquisa justifica-se pelo interesse em discutir acerca de um tema -casamento por conveniência- de outra época, século XIX, mas que ainda ocorre na sociedade contemporânea. Além disso, pela relevância no campo científico na área dos estudos literários, à medida em que busca contribuir para as pesquisas em literatura, especificamente retratada no período romântico.

Buscou-se responder o seguinte questionamento: como o narrador elabora o processo de construção narrativa da relação matrimonial, pelo viés mercantilista, na obra *Senhora*, de José de Alencar?

Nesse viés, objetivou-se, de modo geral, analisar a construção narrativa da relação matrimonial, pelo viés mercantilista, na obra *Senhora*. Ademais, de maneira específica, compreender as percepções acerca do matrimônio presentes no romance; apontar os traços da relação mercantilista através do relacionamento amoroso entre os protagonistas.

No que tange à questão metodológica, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico e de natureza básica. Desse modo, a pesquisa se ancora nos estudos de Antonio Candido (2000; 2002; 2006); Alfredo Bosi (2022); Zordan (2005); Reis (2013); assim como o Código Comercial do Brasil (1978); o Catecismo Romano (1566), dentre outros.

2 REFLEXOS DA REALIDADE: A DIMENSÃO SOCIAL DA LITERATURA

Pode-se entender a literatura como um retrato da realidade, uma vez que ela possui uma relação verossímil da vida e dos acontecimentos em sociedade ou como afirma Eco (1994, p. 99) “o mundo ficcional se apóia parasitadamente no mundo real, que toma por seu pano de fundo”. Nesse sentido, é possível, através da literatura, identificar marcas de denúncia de fatos ocorridos em determinadas épocas.

Além do reflexo da realidade, a literatura também é vista como uma instituição, pois se liga diretamente com o reconhecimento do público, uma vez que ela é tida como forma de arte que expressa a cultura e o meio social, sendo transmitida a partir de sua integralização na escrita, publicação e crítica. Nessa perspectiva, Reis (2013, p. 23) afirma:

Quando mencionamos o carácter institucional da literatura ou quando falamos em instituição literária estamos desde logo a remeter para práticas e

para sujeitos que asseguram ao fenómeno literário a sua feição de estabilidade e de notoriedade pública, nem sempre pacificamente aceites pelos escritores [...]

A instituição literária reflete, muitas vezes, um padrão a ser seguido, os ideais e desejos de uma sociedade permeada por cultura, costumes e modos. Desse modo, a sua institucionalização se dá a partir dessa necessidade de vir ao público, possibilitando a afeição e estabilidade por parte da criticidade dos sujeitos, bem como as desaprovações. Nessa perspectiva, a literatura assume um papel institucional relevante, uma vez que se direciona aos aspectos sociais de diferentes épocas. Logo, Reis (2013, p. 22) explica:

A literatura envolve uma dimensão sociocultural, diretamente decorrente da importância que, ao longo dos tempos, ela tem tido nas sociedades que a reconheciam (e reconhecem) como prática ilustrativa de uma certa consciência coletiva dessas sociedades.

É através da consciência coletiva, construída pela literatura, que os valores, crenças e costumes de uma sociedade podem ser expostos e moldados. Desse modo, a dimensão sociocultural literária é construída a partir do pensamento crítico do autor, de suas exposições e indagações que são feitas por meio da narrativa, dos personagens e de suas relações entre si. Segundo Reis (2013, p. 33):

[...] de um ponto de vista ideológico (que é o mais óbvio), o escritor assumir-se-á como culturalmente responsável, abarcando nessa responsabilidade o dever de intervir na sociedade em que se insere e procurando envolver o leitor nessa intervenção, levando-se ao extremo esta orientação, poderia chegar-se ao limite de apenas se reconhecer legitimidade a uma literatura socialmente activa, assim se tendendo a constituir um campo literário balizado por marcos estritamente socioculturais.

O autor, nesse viés, irá denunciar e revelar, sob seu olhar ideológico de mundo, os fatos sociais que acontecem em determinadas épocas. Ademais, tal prática resulta em uma intervenção social juntamente com o leitor que se depara com a mensagem transmitida e com sua bagagem de mundo já preexistida do seu inconsciente.

Desse modo, nota-se a aproximação do ficcional com o social, à medida em que a “literatura é também um produto social, exprimindo condições de cada civilização em que ocorre” (Candido, p. 2006). Tendo isso em vista, é notável a predominância da relação da literatura com o meio social a partir da perspectiva de autores, especificadamente, José de

Alencar, mostrando classes, costumes, modos e elementos que juntos denunciam um período histórico, econômico e cultural da época.

2.1 Narrador: o olhar que modela a obra literária

Para a criação de uma narrativa, é importante desenvolver no texto os elementos que agregam significado para a efetivação de uma narrativa fluida e completa, sendo classificados como: enredo, tempo, espaço, ação, foco narrativo e os personagens. Nessa perspectiva, é através da junção desses aspectos textuais que a produção escrita possuirá legitimidade e sentido.

Na construção do romance *Senhora* (1875) de José de Alencar, o enredo se desenvolve a partir de uma ordem cronológica e psicológica do tempo, em um espaço fincado na cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o drama não acontece e nem se destaca somente pela constituição do enredo entre os personagens, mas também pela presença ativa do narrador da obra, uma vez que ele se caracteriza como onisciente, à medida em que narra os fatos vistos e possui a capacidade de compreender os sentimentos e desejos internos dos personagens.

Desse modo, ao tratar-se do tipo de narrador presente na obra, é perceptível a sua aproximação com a denominação de um narrador “autor” onisciente intruso, conforme Franco Junior (2003, p. 42) explica:

‘Autor’ onisciente intruso - Esse foco narrativo caracteriza o narrador que adota um ponto de vista divino, para além dos limites de tempo e espaço. Tal narrador cria a impressão de que sabe tudo da história, das personagens, do encadeamento e do desdobramento das ações e do desenvolvimento do conflito dramático. Ele usa preferencialmente o sumário, suprimindo ou minimizando ao máximo a voz das personagens.

O narrador, em *Senhora*, utiliza-se da terceira pessoa do discurso e não possui a limitação de apenas contar para o público os acontecimentos do romance, mas assume, às vezes, o papel de “autor”, pois tem a capacidade de analisar o enredo, antecipar informações ou de ocultar outras com o objetivo de causar efeitos sobre o leitor.

Além de tal capacidade, ele pode ser visto como “intruso” em alguns momentos, visto que Chiappini (1997, p. 27) explica que:

Pode também narrar da periferia dos acontecimentos, ou do centro deles, ou ainda limitar-se e narrar como se estivesse de fora, ou de frente, podendo, ainda, mudar e adotar sucessivamente várias posições. Como canais de informação, predominam suas próprias palavras, pensamentos e percepções. Seu traço característico é a intrusão, ou seja, seus comentários sobre a vida, os costumes, os caracteres, a moral, que podem ou não estar entrosados com a história narrada.

A intrusão acontece através dos momentos em que o narrador deixa a narração que informa o leitor acerca dos fatos e assume o papel crítico sobre o que está acontecendo, trazendo ao texto suas opiniões e suposições a respeito do que vai acontecer, gerando reflexão e ansiedade ao leitor da obra.

Ademais, a capacidade de onisciência sobre as coisas faz com que o narrador mostre ao leitor os dramas vivenciados pelos personagens e, além disso, ele possui a aptidão de conhecer o interior dos sujeitos, desmascarando os sentimentos deles. Na obra *Senhora*, ele utiliza-se de sua onisciência refletida em uma linguagem sarcástica, imersa a ironias e metáforas para revelar ao leitor os reais desejos e emoções da sociedade e dos indivíduos que a compõem.

Através da utilização de figuras de linguagem, o narrador em questão revela ao leitor a relação mercantilista, tratando o matrimônio como um contrato social e especificando por meio dos seus vocábulos a compra e venda dos personagens. Esse narrador evidencia através do seu sarcasmo e ironia o interesse econômico traçado pela instituição matrimonial.

2.2 José de Alencar e a sua pluralidade na escrita

O movimento romântico conta com muitos autores que trouxeram para o cânone literário brasileiro muitas obras em prosa e em verso. Dentre eles, destaca-se José Martiniano de Alencar, mais conhecido como José de Alencar.

Nascido em Messejana, atual bairro de Fortaleza, no Ceará, no ano de 1829, faleceu em 1877, no Rio de Janeiro. Além de escritor, também foi advogado, jornalista e político. O seu gosto pela escrita foi notificado no auge de sua adolescência, ao ler obras de alguns autores que lhe inspiraram e no momento de apreciação a paisagem de sua terra, surgindo o desejo de escrever para declarar a beleza natural de seu lugar. Sobre isso, Candido (2000 p. 200) diz:

O desejo de escrever romances veio por duas etapas a José de Alencar. Aos quinze anos, em São Paulo, ainda estudante de preparatórios, lendo Chateaubriand, Dumas, Vigny, Hugo, Balzac, imagina um livro que fosse, como os dos franceses, um ‘poema da vida real’. Aos dezoito, viajando pelo Ceará e observando as suas paisagens, sente o impulso de cantar a terra natal – ‘uma coisa vaga e indecisa, que devia parecer-se com o primeiro broto do Guarani ou de Iracema [...]’.

Através de suas inspirações em alguns escritores e a admiração a sua terra natal, com o desejo de descrevê-la, que a sua escrita fluiu. Assim, posteriormente, José de Alencar publicou a sua primeira obra *Cinco Minutos* (1856) em *folhetim*, que consistia em um gênero literário utilizado para expor as narrativas dos autores durante o século XIX. Sobre isso, Candido (2000, p. 200) afirma:

A estréia se dá aos vinte e sete com *Cinco Minutos*, série de folhetins do Correio Mercantil em que esboça o primeiro dos ‘poemas da vida real’. O Guarani, publicado no mesmo jornal à medida que ia sendo escrito, em três rápidos meses de 1857, é um largo sorvo de fantasia, que realiza talvez com maior eficiência a literatura nacional, americana, que a opinião literária não cessava de pedir e Gonçalves de Magalhães tentara n'A Confederação dos Tamoios. Toda a sua obra, por vinte anos, será variação e enriquecimento dessas duas posições iniciais: a complication sentimentale, tenuemente esboçada em *Cinco Minutos* e *A Viuvinha*, e a idealização heróica d'O Guarani.

Desse modo, José de Alencar torna-se destaque no movimento romântico com a publicação de obras que remetem às várias faces da estética literária da época. *Cinco minutos* (1856), como sendo o seu primeiro romance publicado e tornando-se um sucesso entre a sociedade e, posteriormente *A Viuvinha* (1857), romance voltado para o sentimentalismo amoroso. Em seguida, *O guarani* (1857) com a sua idealização heroica do homem indígena.

Por meio de suas obras, José de Alencar expõe os interesses sociais e econômicos da sociedade vigente, desvelando os reais desejos e acontecimentos. A partir disso, Candido (2000, p. 201) analisa que:

Basta com efeito atentar para a sua glória junto aos leitores - certamente a mais sólida de nossa literatura - para nos certificarmos de que há, pelo menos, dois Alencares em que se desdobrou nesses noventa anos de admiração: o Alencar dos rapazes, heróico, altissonante; o Alencar das mocinhas. gracioso, às vezes pelintra, outras, quase trágico.

Nota-se, portanto, a diversificação de um único escritor ao tratar-se de suas obras literárias, abordando os mais variados temas e abarcando as camadas sociais como um todo. Logo, essa característica por ele adverte um caráter de sociólogo implícito, denominado por Candido (2000, p. 204):

Mais importantes, todavia, do que os ambientes, são as relações humanas que estuda em função deles. Como em quase todo romancista de certa envergadura, há em Alencar um sociólogo implícito. Na maioria dos seus livros, o movimento narrativo ganha força graças aos problemas de desnivelamento nas posições sociais, que vão afetar a própria afetividade dos personagens. As posições sociais, por sua vez, estão ligadas ao nível econômico, que constitui preocupação central nos seus romances da cidade e da fazenda.

A questão econômica e política enraizada, na época, é abordada em seus romances. Ao ocorrer o desvelamento de paradigmas sociais tradicionalistas, suas narrativas ganham maior visibilidade, tornando-as ainda mais questionadoras e instigantes. Assim, Ribeiro (1996, p. 78) afirma:

Tais fatos evidenciam que sua produção literária não poderia ficar incólume à sua atividade como homem público. Toda sua obra está atravessada por um enorme interesse pelos problemas da sociedade brasileira, na ótica que podia exercer um homem do nosso século XIX, membro da aristocracia social e da aristocracia do espírito. Mas que, nem por isso, é uma ótica necessariamente conservadora, na perspectiva daquele então.

Desse modo, Alencar produziu obras que refletissem a sociedade e seus problemas, contribuindo para a construção da literatura nacional. Sobre isso, Ribeiro (1996, p. 78) afirma:

O conjunto de seus romances trabalha uma gama de temas que, praticamente, cobre toda extensão daquilo que se considerava o Brasil. Assim, sua obra de romancista se espriará por regiões e problemas os mais diferenciados, desde que os una a noção de pátria brasileira. Seja a temática urbana (Cinco minutos, Viuvinha, A pata da gazela, Sonhos d'ouro, Encarnação, Lucíola, Diva e Senhora); seja a rural (O gaúcho, O tronco do ipê, Til e O sertanejo); a presença do indígena (O Guarani, Iracema, Ubirajara); o romance histórico (As minas de prata); sejam as crônicas romanceadas (O garatuja, O ermitão da Glória, A alma do lázaro, A guerra dos mascates), sempre há em Alencar o projeto de construir, no plano da ficção, uma pátria brasileira.

Nessa perspectiva, o autor reafirma a literatura brasileira através de suas publicações e expressa através da estética romântica o caráter de nacionalismo e independência literária. Desse modo, em meio as suas vastas publicações, o autor falece no ano de 1877 e deixa vinte romances publicados e alguns escritos sem finalizar, colaborando para o cânone literário, além de tornar-se destaque no movimento romântico.

2.3 A Independência do Brasil e a expansão do comércio

Em 1808 a família real portuguesa veio para o Brasil, fugindo da invasão ameaçadora de Napoleão Bonaparte, imperador da França, após a desobediência de Portugal em manter relações com a Inglaterra mesmo após o bloqueio decretado em 1806 por Napoleão sobre qualquer tratado comercial com o Reino Unido. Desse modo, a família real resolve fugir para o Brasil com a finalidade de manter a independência do país.

Dentre os impactos ocasionados à colônia, após a instauração da corte portuguesa, ocorreu a diversificação cultural, com a presença de muitos livros, a fundação de algumas escolas, a expansão do comércio. Todavia, ocasionou na dependência do Brasil na economia portuguesa.

Antes da chegada da família real ao país, o Brasil encontrava-se em um estado de inconformismo referente ao trabalho, cultura e economia da sociedade, uma vez que possuía dependência a colônia portuguesa. Tal insatisfação resultou em algumas revoluções. No entanto, o cenário sofre alterações através da chegada da família real ao Brasil:

Esse estado de coisas foi alterado por um acontecimento surpreendente: a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil. Ante a iminência da tomada de Lisboa pelas tropas napoleônicas, o Príncipe Regente D. João escapou em dezembro de 1807 com todos os seus, inclusive sua mãe, a Rainha louca D. Maria I, parte da Corte, o governo, milhares de funcionários e soldados, tudo sob a proteção de uma esquadra de seus aliados ingleses, chegando em janeiro de 1808 à Colônia atrasada e isolada, que sofreria modificação profunda devido a essa presença insólita e sob certos aspectos salvadora. (Candido, 2002, p. 9-10)

Após a vinda da família real de Portugal para o Brasil, em 1808, a colônia brasileira é elevada à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1817 e conquista sua Independência em 1822, a partir da mediação do imperador Dom Pedro I.

Nesse viés, é relevante destacar a modificação no cenário artístico, cultural e econômico no país, no pós-1808, com transformações positivas, assim como afirma Antonio Candido (2002, p. 11):

Do ponto de vista da cultura, a presença do governo português no Brasil foi um marco histórico transformador, a partir do Rio de Janeiro, que se tornou definitivamente centro do país e foco de irradiação intelectual e artística. Depois de 1808, foram permitidas as tipografias e imprimiram-se os primeiros livros, criou-se uma importante biblioteca pública, foi possível importar obras estrangeiras, abriram-se cursos e foram fundadas algumas escolas superiores.

Consoante aos aspectos positivos instaurados a partir da independência do Brasil, o país passa por um processo de expansão nas trocas comerciais e da população, bem como o crescimento no comércio marítimo. Nesse sentido, tais fatores contribuem para a ascensão da burguesia, que passa a liderar o meio mercantil.

Diante de tal crescimento econômico, ocorreu a promulgação da Lei 556 de 26 de junho de 1850, que instituiu o Código Comercial, tendo como principal objetivo estabelecer direitos e deveres relacionados à compra e venda, no cenário mercantilista.

Desse modo, o Art. 191 é um dos exemplos do espírito da lei contemplado pelo texto codificado, a fim de ordenar um dos deveres da instituição e dos cidadãos daquela época, a saber, o contrato de compra e venda:

Art. 191. O contrato de compra e venda mercantil é perfeito e acabado logo que o comprador e o vendedor e accordão na cousa, no preço e nas condições (266); e desde esse momento nenhuma das partes póde arrepende-se sem consentimento da outra, ainda que a cousa se não ache entregue nem o preço pago. Fica entendido que nas vendas condicionaes (267) não se reputa o contrato perfeito senão depois de verificada a condição (art. 127). (Brasil, 1878, p. 98)

É a partir do regramento expresso no Código Comercial que a sociedade brasileira, especificamente os comerciantes, passam a seguir os seus preceitos estabelecidos por um longo período de tempo, na realização dos negócios jurídicos mercantis.

Ao analisar o artigo 191, nota-se a exigência e o comprometimento no que diz respeito à compra e venda de alguma mercadoria, sendo nomeado por contrato “perfeito e acabado”. Logo, o vendedor tem total compromisso com o negócio, bem como o comprador,

e não possuem o direito de se arrepender ou desistir da compra sem a concessão das duas partes.

As relações comerciais estabelecidas pelo Código Comercial Brasileiro de 1850 remetem a uma visão impessoal acerca da demanda entre a compra e a venda das mercadorias. Desse modo, ao analisar a obra *Senhora* (1875) de José de Alencar, nota-se a relação mercantilista entre os próprios sujeitos que estão imersos no desejo de alcançar *status* social, tendo as relações amorosas como contratos com normas a serem seguidas, semelhantes as que são regidas pelo art.191 citado anteriormente.

Nessa perspectiva, a obra remete uma relação mercantil textual, pois embora retrate normas sociais estabelecidas pelo viés mercantilista na instituição matrimonial, envolve sentimentos como o amor e a vingança, estabelecendo os conflitos emocionais entre os personagens.

Na relação mercantil extratextual caracteriza-se o Código Comercial Brasileiro, à medida que determina as relações civis de maneira racional, estabelecendo regras que relacionam apenas o aspecto econômico, envolvendo a mercadoria e os fins de compra e venda. Tendo isso em vista, a impessoalidade no Código Comercial e a pessoalidade na obra são os aspectos textuais que diferenciam tais relações comerciais contidas em ambas.

2.4 A instituição matrimonial sob influência do mercado

Em decorrência da modernização social e do crescimento mercantilista moldados pela burguesia, as relações sociais passam a se tornar mais superficiais, motivadas por interesse. Logo, além das trocas comerciais, os relacionamentos entre os sujeitos também ganham um viés mercantil, cuja principal forma de buscar a ascensão social é através da instituição matrimonial. Desse modo, o matrimônio é, portanto:

Como um fenômeno social, o casamento (produto de um contrato legal, jurídico ou religioso) está presente em todas as culturas e em todas as épocas. Embora existam vários modelos socioculturais, há sempre o papel de marido e de esposa, independente de como se caracteriza a relação estabelecida entre estes sujeitos. (Zordan, et al, 2005, p. 48)

O casamento é uma prática social que existe há muito tempo, que se diversifica e evolui com o tempo, seguindo expectativas e funções de acordo com o meio social do casal.

Ademais, tal prática acontece de acordo com os costumes e a cultura de uma determinada região.

Logo, a instituição matrimonial consiste na união de duas pessoas, unidas, conseqüentemente pela afetividade entre ambas ou pela conveniência advinda da relação, seguindo uma religiosidade ou doutrina. No que tange à questão religiosa, Zordan et al (2005, p. 51) afirmam que:

Na evolução histórica, constata-se que as primeiras comunidades cristãs seguiram as disposições civis para celebrar o matrimônio. Nos três primeiros séculos, a Igreja aceitava a legislação civil no que era compatível com os ensinamentos evangélicos (Vieira, 1997). Além disso, entre os séculos III e XI, a liturgia matrimonial acompanhava os costumes populares baseados numa relativa monogamia. Já na virada do século IV para o V, há uma valorização da fecundidade, pois somente a intenção de procriar justificava as relações sexuais. Foi para valorizar o casamento como forma de institucionalizar esta união que, a partir de 1184, ele passou a ser considerado como um Sacramento. Em torno do século X, criou-se um monopólio da Igreja em tudo que se relacionava ao matrimônio.

O matrimônio tornou-se legitimamente sacramento na Igreja Católica, tendo como base o Novo Testamento, contendo a importância da união entre o homem e a mulher sob a bênção de Deus. Conforme o Catecismo Romano (1566, p.367): “Os fiéis devem saber, antes de tudo, que o Matrimônio foi instituído por Deus. Está escrito no Gênesis: ‘criou-os como homem e mulher; e Deus os abençoou, e disse: ‘Crescei, e multiplicai-vos’.

Desse modo, o Concílio de Trento que ocorreu entre o ano de 1545 a 1563 - Catecismo Romano - traz normas e doutrinas a respeito da fé católica. Tendo isso em vista, entre os dogmas cristãos, a instituição matrimonial é classificada dentre os sacramentos e retrata preceitos do catolicismo:

Como, todavia, o próprio Apóstolo adverte que ‘cada um recebe de Deus o seu dom particular, um desta maneira, outro daquela’; como também o Matrimônio foi enriquecido de grandes valores espirituais, pois é um Sacramento próprio e verdadeiro, entre os demais Sacramentos da Igreja Católica; como Nosso Senhor honrou, com Sua presença, a celebração de umas núpcias: daí se deduz, com bastante evidência, a necessidade de tratarmos também da doutrina sobre o Matrimônio. (Catecismo Romano, 1566, p. 364)

Sob essa ótica, no século XIX, os indivíduos que seguiam os preceitos da fé católica tinham o casamento como valor sacramental, que acontecia a partir da permissão de Deus e da

igreja, os fiéis. Sobre isso, o documento aborda a importância da união conjugal, bem como dita os princípios que devem ser realizados para a bênção divina acerca do matrimônio. Dentre eles, além do auxílio mútuo entre o casal, a criação da prole – procriação - é uma das finalidades para o acontecimento do matrimônio:

A segunda razão é o desejo de gerar filhos, não tanto para os deixar como herdeiros de seus bens e riquezas, quanto para os criar como seguidores da verdadeira fé e religião. Mostram-nos, claramente, as Sagradas Escrituras que era esta a principal aspiração dos Santos Patriarcas, quando tomavam esposas. (Catecismo romano, 1566, p. 368)

Desse modo, segundo os dogmas católicos, o casamento é uma instituição que não só remete ao amor entre dois indivíduos, mas que se fundamenta na ideia de gerar novas vidas que, posteriormente, devem ser ensinadas a seguir a fé cristã assim como os pais. Além disso, também aborda sobre a indissolubilidade matrimonial, uma vez que a união entre o casal não pode ser separada por nada, conforme a passagem bíblica, a saber: “portanto, o que Deus uniu ninguém separe.” (Bíblia Pastoral, Mateus 19:6). Ademais, retrata a busca pelo auxílio mútuo de ambos frente às adversidades; os impedimentos matrimoniais acerca da proximidade de parentesco e o remédio da concupiscência que é a luta contra o desejo carnal.

Desse modo, a prática que era apenas tida como ato civil, posteriormente passou-se a ser considerada uma cerimônia religiosa com princípios bíblicos. Todavia, nesse processo de modificação do matrimônio, os aspectos econômicos e políticos são considerados influências que moldaram alguns costumes e desejos do meio social. Isso se dá através da modernização urbana e pelo crescimento do mercado.

O relacionamento por amor passa a ter outra perspectiva, pois em um cenário de desigualdade social, o matrimônio é idealizado, visto como colaborador para a segurança e ao *status* social adquirido pela aquisição financeira consistida muitas vezes pelo dote. Tendo isso em vista, segundo Abrantes (2010, p. 12):

Etimologicamente, a palavra ‘dote’, de origem latina, significa os bens que uma noiva (ou noivo) leva para o casamento. Seja como costume ou obrigação legal, a prática do dote no Ocidente tem um passado milenar que remonta ao mundo antigo. Na Grécia, o casamento nas famílias de camadas média e alta era um grande arranjo de propriedade, um negócio, em que a noiva trazia um dote (*proika*) muitas das vezes suficiente para sustentar o novo casal. Esta doação também podia funcionar como uma espécie de

indenização paga pelo pai da noiva, pelo fato de sua filha passar a viver às expensas do marido, pois ela não poderia trabalhar ou produzir.

O dote pode ser visto como uma forma de compra e venda, à medida em que a noiva ou noivo recebe dinheiro para se casar. Tal feito acontecia com a ideia de assegurar o bem financeiro do casal e, muitas vezes, como uma forma de fuga a miséria em que se encontrava o indivíduo. Assim, Zordan et al afirmam:

O casamento, até o século XIX, era considerado, na ordem patriarcal, como engrenagem essencial de uma política voltada para a manutenção e transmissão do patrimônio, não deixando espaços para interesses pessoais. A finalidade da aliança matrimonial era de ordem social, ou seja, o fortalecimento de grupos de parentesco e de status, preservação da herança e do poder econômico. Neste sentido, pode-se considerar que é grande sua contribuição para a formação de um sistema de dominação política e econômica (Trigo apud Zordan, 2005, p. 55).

Desse modo, o casamento passa por várias fases, sendo arranjado, por amor, como fuga da realidade, por interesse e dentre outras formas que perpassaram em cada época. No entanto, com foco nos séculos XVIII e XIX, passou-se a observar, segundo Borges (2012, p. 288):

O conflito entre amor e riqueza, o confronto do indivíduo com a sociedade e seus padrões morais coercitivos, que definem as pessoas conforme seu sexo, oprimem, enrijecem e homogeneizam as práticas sociais, são expostos com ironia, desencanto e ceticismo. Denunciam-se a mercantilização e o depauperamento das relações levados a cabo pelas elites na sociedade moderna, mediante uma lógica calcada nos bens materiais e no monetarismo, combatendo o casamento por interesses político e econômico, sobretudo, do dote.

Esse caráter conflituoso, enfrentado pelo amor e interesse, é evidenciado pela literatura da época, cuja estética consiste no Romantismo. Segundo Bosi (2022, p. 97) “o fulcro da visão romântica do mundo é o sujeito.” Desse modo, José de Alencar é um dos autores que trabalha esses aspectos voltados ao sujeito e as camadas sociais em sua obra *Senhora* (1875) e desvela o egocentrismo e a conveniência nas relações sociais à vista do casamento. Desse modo, Borges (2012, p. 289) afirma que:

O escritor condenava muito do que via a seu redor, ao investir contra o mundo urbano da elite e atacar suas práticas e costumes, pois a sociedade transformava-se, tornando-se, ainda mais movida pelo dinheiro, preocupada

com a ascensão social por ele conferido, com a exposição dos seus signos para inserir-se e ser aceito, além da afinação com o imaginário da modernidade europeia.

O autor traz, portanto, as mazelas sociais à tona e faz da literatura uma arte denunciativa e reflexiva da realidade.

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA LITERÁRIA

Esta pesquisa tem como finalidade analisar de que maneira o casamento é conduzido como uma espécie de contrato social, na obra *Senhora* (1875), de José de Alencar, apontando a construção dessa relação no cenário romântico. O problema é explorado através da análise interpretativa e da utilização de fragmentos da obra que comprovam a relação mercantilista, na instituição matrimonial.

Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, pois “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista.” (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 34). Tendo isso em vista, a abordagem do estudo buscou contribuir para as pesquisas e análises na área literária, com o intuito de expor conhecimentos sem fins práticos.

Quanto à abordagem, é qualitativa, centrada na relação entre literatura e sociedade. Desse modo, conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”, tendo o intuito de provocar reflexões referentes ao conhecimento exposto, sem envolver aspectos quantificados.

Ademais, a realização desta pesquisa traz métodos não experimentais, uma vez que faz apenas análises sobre a construção do cenário mercantilista traçado por José de Alencar, em torno de sua obra *Senhora*. Logo, o procedimento técnico trabalhado nesta pesquisa possui um caráter bibliográfico, fundamentado a partir da leitura de autores que pesquisaram sobre o tema.

Segundo Fonseca (2002, p. 31), “a pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites”. Desse modo, para a realização desta pesquisa e para sua coleta de dados foram utilizados livros e artigos científicos que dialogam entre si.

A pesquisa adota ainda uma perspectiva exploratória, uma vez que ocorre a análise do romance *Senhora*, de José de Alencar em diálogo com os estudos de Candido (2000; 2002; 2006) em torno do período romântico e de características da trajetória literária de José de Alencar; de Bosi (2022), com os aspectos do Romantismo; de Abrantes (2010) e Zordan (2005), com a historicidade da instituição matrimonial; de Reis (2013), que retrata a visão institucional da literatura e de sua dimensão sociocultural; do Código Comercial do Brasil (1878), com as leis mercantis que determinam o cenário comercial, estabelecendo a função de compreender as faces do casamento do século XIX sob um viés mercantilista; dentre outros autores.

O percurso metodológico se deu em quatro momentos: no primeiro, aconteceu a leitura da obra *Senhora*; no segundo momento, definiram-se os objetivos e os teóricos a serem utilizados; no terceiro momento, ocorreu o estudo e a escrita da fundamentação teórica da pesquisa; e, no quarto momento, aconteceu a análise dos dados.

4 A CONSTRUÇÃO NARRATIVA DO MATRIMÔNIO SOB UMA PERSPECTIVA MERCANTILISTA

Na análise, mostrou-se a construção narrativa da relação matrimonial, pelo viés mercantilista, identificada na obra *Senhora* (1875) de José de Alencar.

Para a efetivação da pesquisa, foram eleitas as seguintes categorias de análise: a construção da voz narrativa que evidencia o casamento como uma mercadoria; o casamento como contrato social; e a relação conflituosa da instituição matrimonial vivenciada pelos protagonistas.

Desse modo, observou-se, ao longo da narrativa, a presença de um narrador que se utiliza de estratégias, como o uso de ironias e revelações dos sentimentos dos personagens para evidenciar a relação de mercado legitimada pela instituição matrimonial entre o romance de Aurélia Camargo e Fernando Seixas. Isso acontece, pois, o narrador possui uma voz ativa dentro da obra, expondo ao leitor os fatos que acontecem na cidade do Rio de Janeiro a respeito das ações vivenciadas pelos protagonistas.

Nessa perspectiva, a voz narrativa consiste em um narrador que sabe de tudo, sendo caracterizado como onisciente intruso por Chiappini (1997, p. 26-27), uma vez que “esse tipo de narrador tem a liberdade de narrar à vontade, de colocar-se acima, [...], por trás, adotando um ponto de vista divino, [...], para além dos limites de tempo e espaço.” Ou seja, o narrador

possui a capacidade de adentrar nos fatos, conhecer o interior dos personagens, adiantar ou ocultar informações aos leitores. Tendo isso em vista, Alencar (2020, p. 51) retrata, por meio da narração o seu sarcasmo à descrição de Seixas, tecendo críticas sociais:

Seixas era homem honesto; mas ao atrito da secretaria e ao calor das salas, sua honestidade havia tomado essa têmpera flexível de cera que se molda às fantasias da vaidade e aos reclamos da ambição.

Era incapaz de apropriar-se do alheio, ou de praticar um abuso de confiança; mas professava a moral fácil e cômoda, tão cultivada atualmente em nossa sociedade.

Segundo essa doutrina, tudo é permitido em matéria de amor; e o interesse próprio tem plena liberdade, desde que transija com a lei e evite o escândalo.

O narrador traz ao público, através de sua linguagem sarcástica, a descrição do personagem, sua índole e ambição. Logo, de forma sutil, traz críticas à sociedade do século XIX, em revelar a moral facilmente convertida e modificada a partir dos interesses e de situações que promovessem a sua posição como sujeito social.

Nessa perspectiva, é através das narrações sarcásticas e diretas contidas na obra que a relação por interesse é revelada ao público e o casamento se torna uma espécie de compra e venda, na qual Fernando Seixas ocupará o lugar de mercadoria no comércio matrimonial.

Isso será norteador a partir do desejo de vingança de Aurélia Camargo, após ser deixada de lado em um momento vulnerável de sua vida por Seixas, que desistiu do casamento devido à ânsia pelo *status* social, de reconhecer e de não se perdoar por ter “a imprudência de se apaixonar por uma menina pobre e quase órfã” (Alencar, 2020, p. 95). Em vista disso, na concepção de Seixas “o casamento, desde que não lhe trouxesse posição brilhante e riqueza, era para ele nada menos que um desastre.” (Alencar, 2020, p. 101).

Após a morte de seu pai e de sua mãe, Aurélia fica completamente órfã e sem ninguém. No entanto, esse cenário muda quando se torna rica ao receber a herança que seu avô deixou para ela:

O papel continha o testamento em que Lourenço de Souza Camargo reconhecia e legitimava como seu filho a Pedro Camargo, fora casado com D. Emília Lemos, declarando que a sua neta D. Aurélia Camargo, nascida de um legítimo matrimônio, instituíra a sua única e universal herdeira. (Alencar, 2020, p. 107-108)

Desse modo, com sua ascensão social e o desejo de vingança pela rejeição sofrida, Aurélia decide fazer um acordo com seu tio Lemos para dar cem mil contos de réis a Seixas, o

valor do dote, para casar-se com ela, mas mantendo em segredo que ela era a mulher de tal contrato, e dessa forma acontece:

‘Prepare-se, que amanhã às 7 da noite vou buscá-lo para a apresentação. ’
No dia seguinte, à hora marcada, com pontualidade mercantil, parava à porta do sobradinho da Rua do Hospício um carro, no qual poucos momentos depois seguia o Lemos caminho das Laranjeiras com o noivo que ele havia negociado para sua pupila. (Alencar, 2020, p. 55)

O narrador pontua e mostra de maneira específica a pontualidade como sendo uma das marcas dos comerciantes, e evidencia o casamento comprado como sendo uma transação econômica. Além disso, a figura de Seixas é ironizada como um objeto que é negociado entre dois ou mais comerciantes.

Ainda diante disso, o narrador destaca: “Este pânico da pobreza apoderou-se de Seixas, e depois de trabalhá-lo o dia inteiro, levou-o na manhã seguinte à casa do Lemos, onde efetuou-se a transação, que ele próprio havia qualificado, não pensando que tão cedo havia de tornar-se réu dessa indignidade. ” (Alencar, 2020, p. 55). Mais uma vez o personagem é levado a uma situação de rebaixamento pela voz narrativa.

Esse destaque traz ao público o desvelamento de uma sociedade ambiciosa e interesseira. Sendo assim, a narração dos fatos possui muita influência sobre o leitor, à medida em que “o foco narrativo evidencia o propósito do narrador (e, por extensão, do autor) de mobilizar intelectual e emocionalmente o leitor, manipulando-o para aderir às ideias e valores que veicula ao contar a história” (Franco Junior, 2003, p. 42).

4.1 Entre o amor e o interesse

Em um cenário de constantes mudanças econômicas, políticas e sociais no Brasil, gerado pela chegada da Família Real portuguesa ao Brasil, em 1808, o país passou por um impulso de desenvolvimento, científico e culturalmente, e, logo após, em 1822, o país tornou-se independente.

Sob esse viés de modificações e progresso, o meio artístico também sofreu influências e refletiu a sociedade, através da literatura, música, dança, pintura e outros meios que exercem uma função importante na arte. Em vista disso, Candido (2002, p. 12) afirma:

Um traço importante dessa fase foi o adensamento do meio cultural, pela chegada de muitos homens instruídos, tanto brasileiros e portugueses vindos devido à migração da Família Real, quanto estrangeiros de vários países: viajantes, cientistas, artistas, artesãos. Entre os viajantes, alguns deixaram retratos expressivos do país e contribuíram para vê-lo de maneira nova.

Desse modo, o meio cultural passou por uma fase de progressos com a chegada e saída de viajantes que traziam um pouco de seus costumes e aspectos culturais. Ademais, no contexto da literatura, ocorreu o surgimento do movimento literário conhecido por Romantismo, no ano de 1836, com a publicação de Gonçalves Magalhães: *Suspiros Poéticos e Saudades*. Este autor, “promoveu de modo sistemático os seus ideais românticos (nacionalismo mais religiosidade) e o repúdio de padrões clássicos externos, no caso, ao emprego da mitologia pagã.” (Bosi, 2022, p. 103). Nessa perspectiva, a escrita desta estética baseava-se na produção de obras com diversificados temas, especificadamente sobre a nacionalidade, o herói brasileiro, o sentimentalismo, o mal do século e outras temáticas que envolvessem a sociedade da época.

Nesse sentido, José de Alencar torna-se destaque na construção da literatura romântica, uma vez que se utiliza da escrita para revelar ao público os problemas sociais. Nesse viés, Candido (2000, p. 26-27) afirma:

Como não há literatura sem fuga ao real, e tentativas de transcendê-lo pela imaginação, os escritores se sentiram frequentemente tolhidos no voo, prejudicados no exercício da fantasia pelo peso do sentimento de missão, que acarretava a obrigação tácita de descrever a realidade imediata, ou exprimir determinados sentimentos de alcance geral. Este nacionalismo infuso contribuiu para certa renúncia à imaginação ou certa incapacidade de aplicá-la devidamente à representação do real, resolvendo-se por vezes na coexistência de realismo e fantasia, documento e devaneio, na obra de um mesmo autor, como José de Alencar. Por outro lado, favoreceu a expressão de um conteúdo humano, bem significativo dos estados de espírito duma sociedade que se estruturava em bases modernas.

A literatura é vista como uma forma de representar o real, embora muitas vezes sejam utilizados personagens e espaços fictícios, ainda assim representa acontecimentos reais de uma determinada época.

Nesse sentido, os autores da estética romântica possuem a missão de representar o país que estava em processo de transformação. O meio artístico e a literatura eram a forma de expressar esse sentimento de independência e de nacionalismo. Nesse viés, o autor José de Alencar é visto como um exemplo dos autores que contribuíram para expressar a literatura

nacional, utilizando estratégias textuais que representam elementos reais, uma vez que “os mundos ficcionais são parasitas do mundo real” (Eco, 1994, p. 89).

O autor expõe em um de seus livros mais populares, *Senhora*, a relação mercantil do casamento vivenciado pelos personagens Aurélia Camargo e Fernando Seixas. Sobre isso, Candido (2002, p. 65) aborda: “igualmente apreciável é Senhora (1875), denúncia do casamento por interesse pecuniário, no qual desenvolve uma das suas preocupações constantes: o papel do dinheiro na classificação e avaliação das pessoas, bem como no próprio teor das relações burguesas. ”

O drama romântico é representado pelo relacionamento entre Aurélia e Seixas, sujeitos que viviam na cidade do Rio de Janeiro. Aurélia, órfã e pobre, desenvolve afeto por Seixas que corresponde ao seu sentimento. No entanto, a condição financeira do personagem interfere na sua escolha:

Calculou os encargos materiais que ia sujeitar-se para montar casa, e mantê-la com decência. Lembrou-se quanto avulta a despesa com o ventuário duma senhora que frequenta a sociedade; e reconheceu que suas posses não lhe permitiam por enquanto o casamento com uma moça bonita e elegante, naturalmente inclinada ao luxo, que é a flor dessas borboletas de asas de seda e tule. (Alencar, 2020, p. 94)

Seixas encontrava-se em estado de reflexão acerca das despesas advindas do matrimônio com Aurélia e notava que não possuía condição financeira o suficiente para manter os luxos de outra pessoa além dos seus, uma vez que isso era posto em sociedade e tal *status* era relevante para ele. Em consequência disso, Seixas opta por escolher outra mulher, Adelaide, que poderia oferecê-lo uma certa segurança financeira em comparação a Aurélia, que nada tinha a ofertar além de seu amor. Sobre isso, destaca-se:

Seixas convidado a jantar um domingo em casa do empregado, fumava um delicioso havana ao levantar-se da mesa coberta de finas iguarias, e debuxava com um olhar lânguido os graciosos contornos do talhe de Adelaide, que lhe sorria do piano, embalando-o em um noturno suavíssimo. Amaral sentou-se ao lado; sem preâmbulos, nem rodeios, à queima-roupa, ofereceu-lhe a filha com um dote de 30 contos de réis. Seixas aceitou. Esse projeto de casamento naquele instante era a prelibação das delícias com que sonhava sua fantasia, excitada menos pelo champanhe, do que pela sedução de Adelaide. A principal razão que moveu Seixas foi outra, porém. Fez como os devedores, que se liberam dos compromissos, quebrando. Receoso de sua coragem para recuperar a isenção, penhorou-se a outros, que o reclamassem e o defendessem como coisa sua. (Alencar, 2020, p. 97)

O dote era uma espécie de representação mercantil no comércio amoroso, uma vez que o dinheiro era o oferecimento em troca do casamento. A Seixas foram oferecidos trinta contos de réis, o que significava muito para alguém que estava financeiramente instável e que se preocupava principalmente com os prestígios da alta sociedade. Dessa maneira, é perceptível que “Seixas pertencia a essa classe de homens, criados pela sociedade moderna, e para a qual o amor deixou de ser um sentimento e tornou-se uma fineza obrigada entre os cavalheiros e as damas de bom-tom” (Alencar, 2020, p. 93).

Nesse sentido, a dualidade entre o amor e o interesse passou a ser uma das principais características dos relacionamentos sociais. Seixas, por seguir a modernidade e suas transformações ocorridas através de um viés da alta burguesia, passa a ter a percepção de casamento como uma formalidade, acometida pela conveniência advinda de uma posição social. Acerca disso, Abrantes (2010, p. 93) afirma:

Essa insistência em destacar os casamentos por interesse indica que apesar das mudanças ocorridas e das críticas que recebiam as alianças por conveniência, nos meios sociais mais abastados o casamento ainda era visto como um meio de fazer fortuna depressa. Essa sedução do dinheiro fácil também era um atrativo para muitos jovens das classes médias, com seus títulos de doutores, chamados de ‘farejadores de dote’.

O personagem em questão pode ser caracterizado como um “farejador de dote”, à medida que se encontra perdido financeira e socialmente, vendo o casamento como a conveniência perfeita para a solução de seus problemas e como forma de manter seus luxos diante da sociedade.

Ao longo da narrativa e após o desejo de Seixas em ascender socialmente se sobressair ao seu sentimento, fazendo com que ele deixasse Aurélia, a figura feminina rejeitada passa por uma surpreendente modificação. Desse modo, Aurélia consegue atingir a ascensão social primeiro que Seixas, com o recebimento da herança deixada pelo seu avô, e torna-se uma mulher de grande notoriedade na cidade do Rio de Janeiro. À vista disso, destaca-se:

Há anos raiou no céu fluminense uma nova estrela
Desde o momento de sua ascensão, ninguém lhe disputou o cetro; foi
proclamada a rainha dos salões.
Tornou-se a deusa dos bailes; a musa dos poetas e o ídolo dos noivos em
disponibilidade.

Era rica e formosa. (Alencar, 2020, p. 9)

A partir disso, Aurélia consegue o poder, o luxo e a possibilidade de arrumar qualquer marido, uma vez que se tornou o destaque da sociedade fluminense por sua beleza e por seu dinheiro.

4.2 O contrato social: o matrimônio de Aurélia e Seixas

A obra *Senhora* (1875) ilustra o impasse econômico vivenciado pelos personagens Fernando Seixas e Aurélia Camargo a partir do casamento de ambos. A instituição matrimonial é realizada como uma espécie de mercado, em que Aurélia possui o papel de compradora e Seixas tem a posição de mercadoria a ser comprada.

A transação matrimonial é realizada a partir do desejo de vingança que Aurélia tem após ser rejeitada pelo homem que ela amava. Desse modo, a personagem escolhe e compra o marido que não sabe quem é a noiva, mas é movido pela ambição através do dote de cem mil contos de réis e aceita o acordo com o tutor de arranjo, o senhor Lemos. Observe a retratação do acordo:

- O Sr. Ramos mantém a proposta que me fez anteontem em minha casa? - perguntou Seixas.
- Lemos fingiu que refletia.
- Um dote de cem contos no ato do casamento, é isto?
- Resta-me conhecer a pessoa.
- Ah! Este ponto, parece-me que o deixei bem claro. Não tenho autorização para declarar, senão depois de fechado nosso contrato.
- O senhor nada me disse a este respeito.
- Estava subentendido.
- Qual a razão deste mistério? Faz suspeitar algum defeito - observou Fernando.
- Garanto-lhe que não; se o enganar, o senhor está desobrigado.
- Ao menos pode dar-me algumas informações?
- Todas.
- Seixas dirigiu ao velho uma série de interrogações acerca da idade, educação, nascimento e outras circunstâncias que lhe interessavam. As respostas não podiam ser mais favoráveis.
- Aceito - concluiu o moço. (Alencar, 2020, p. 47-48)

Seixas aceita a condição mercantil e vende-se por cem contos de réis, valor do dote, que era o contrato comercial existente no século XIX. Consoante ao cenário vivenciado pelo personagem, segundo Ribeiro (1996, p.129): “o casamento é visto como uma forma lícita de

se obter a propriedade e a riqueza; e a instituição do dote é a sua expressão jurídica mais cristalina. O dote faz do casamento um contrato de compra e venda [...]”. Desse modo, a transação acontece com a aceitação de Seixas a respeito da realização do matrimônio, mas para isso ele pede um adiantamento do valor ao contratante Lemos: “preciso de 20 contos até amanhã” (Alencar, 2020, p. 48).

Ao analisar o impasse entre a relação por conveniência econômica entre os personagens, pode-se caracterizar tal vínculo com o paradigma legal expresso no Código Comercial Brasileiro de 1850, que embora não trate diretamente dos bens do casamento, mas está relacionado à legislação mercantilista, entre a compra e venda de mercadoria. Assemelhando-se ao documento normativo, é o que acontece com os personagens Seixas e Aurélia, visto que pode ser denominado pela mercadoria e a mulher como compradora, dona de seu próprio negócio.

No que se refere ao recebimento adiantado do dinheiro pela negociação da venda do sujeito Seixas, o documento comercial rege sobre isso, como se vê abaixo: (Brasil, 1878, p. 107):

Art. 218. O dinheiro adiantado antes da entrega da coisa vendida entende-se ter sido por conta do preço principal, e para maior firmeza da compra, e nunca como condição suspensiva da conclusão do contrato; sem que seja permitido o arrependimento, nem da parte do comprador, sujeitando-se a perder a quantia adiantada, nem da parte do vendedor, restituindo-a, ainda mesmo que o que se arrepender se ofereça a pagar outro tanto do que houver pago ou recebido; salvo se assim fôr ajustado entre ambos, como pena convencional do que se arrepender (art. 128) (300). (Brasil, 1878, p. 107).

Ao fazer o acordo do recebimento de vinte contos de réis adiantados, Seixas não possuía o direito de se arrepender de sua venda, assim como o comprador também não. O acordo estava feito entre ambos e a transação matrimonial estava em andamento. Nesse sentido, o contrato é feito e assinado por Seixas:

Depois de uma pequena discussão em que os escrúpulos de Seixas relutaram contra a declaração: imposição da necessidade, assinou o moço contrariado esta
 ‘Recebi do Ilmo. Sr. Antônio Joaquim Ramos a quantia de 20 contos de réis como avanço do dote de cem contos pelo qual me obrigo a casar no prazo de três meses com a senhora que me for indicada pelo mesmo St. Ramos; e para garantia empenho minha pessoa e minha honra. ’ (Alencar, 2020, p. 50)

O contrato foi feito e Seixas, o sujeito/bem vendido, possuía como seguimento das normas a necessidade de casar-se com Aurélia em um prazo de até três meses. Tal regra ditada pelo regimento de Lemos acerca do casamento espelha-se com o Artigo 197 do Código Comercial Brasileiro que afirma: “logo que a venda é perfeita (art. 191), o vendedor fica obrigado a entregar ao comprador a coisa vendida, no prazo e pelo modo estipulado no contrato; pena de responder pelas perdas e danos que da sua falla resultarem (274)” (Brasil, 1878, p. 101). Ao trazer a legislação para o romance, fica claro que se o personagem Seixas não se compromettesse em realizar com as regras estabelecidas pelo contrato, perderia os bens adquiridos pela negociação.

O compromisso foi firmado e Lemos sugeriu o encontro dos noivos, havendo o desvelamento da noiva a Seixas que de nada sabia até então. Sobre isso, a cena retrata tal momento:

O Lemos, vendo entrar sua pupila, foi-lhe ao encontro e acompanhou-a até ao sofá:

- Aurélia, tenho a honra de apresentar-lhe o Sr. Seixas.

A moça correspondeu com uma leve inclinação da fronte à cortesia de Seixas, a quem estendeu a mão, que ele apenas tocou. Ainda neste momento o moço não conseguiu de si fitar a pessoa que tinha em face.

Esse rosto desconhecido incutia-lhe indizível pavor: porque era a fisionomia de sua humilhação. (Alencar, 2020, p. 57)

Seixas foi acometido por uma surpresa ao se deparar com a mulher que prometeu um casamento no passado, e que foi alvo de seu desdém devido à falta de poder e condição financeira. Ao observar a figura de Aurélia, mulher independente e de grande poder aquisitivo, Seixas sentia a humilhação de sua venda.

Com o negócio afirmado, antes da realização da cerimônia, Aurélia e Seixas tinham contato e conversavam entre si sobre assuntos corriqueiros. O distanciamento e a frieza da mulher que Aurélia havia se tornado deixava claro o seu sentimento de vingança, e afirmava a posição mercenária de Seixas.

Nessa perspectiva, “assinou-se a escritura nupcial de separação de bens que assegurava a Seixas um dote de cem contos de réis” (Alencar, 2020, p. 65), depois casaram-se, causando muitos comentários na sociedade, uns elogiavam a beleza de Aurélia e outros, a sorte de Seixas por ser o escolhido dentre tantas opções. Todavia, ninguém sabia da realidade fingida.

A transação matrimonial ocorre, “no dia do contrato de casamento, o amor estava quase sempre ausente e, às vezes, surgia por acaso, em consequência da convivência e dos hábitos conjugais. ” (Zordan et al, 2005, p.56). Nessa realidade conjugal, Seixas e Aurélia se casam e iniciam a vida mascarada. Logo, a sós, eles dialogam sobre o casamento entre ambos, consistindo na dualidade entre o amor dos dois no passado e a ideia de interesse social por meio do dinheiro. Nesse viés, Aurélia demarca em uma de suas falas ao seu esposo a mágoa, a vingança e a afirmação de um casamento em torno de ideais mercantis:

Representamos uma comédia, na qual ambos desempenhamos o nosso papel com perícia consumada. Podemos ter este orgulho, que os melhores atores não nos excederiam. Mas é tempo de pôr termo a esta cruel mistificação, com que nos estamos escarnecendo mutuamente, senhor. Entremos na realidade por mais triste que ela seja; e resigne-se cada um ao que é, eu, uma mulher traída; o senhor, um homem vendido. (Alencar, 2020, p. 73)

Aurélia se posiciona e coloca cada um em seu devido papel, confirmando mais uma vez o relacionamento infeliz e por interesse. Nessa perspectiva, o casamento é caracterizado como mero fruto de uma conveniência financeira e social, logo, distancia-se da doutrina católica que define o matrimônio como um sacramento e como principal meio que une verdadeiramente as pessoas. Dessa forma, conforme o Catecismo Romano (1566, p. 365):

Para melhor se compreender esta definição em suas partes, cumpre ensinar que, num Matrimônio perfeito, deve haver consentimento interior, contrato exterior manifestado por palavras, compromisso e vínculo decorrentes desse contrato, e união carnal dos cônjuges, pela qual fica consumada do o Matrimônio; mas que nenhum destes elementos determina, propriamente, a natureza do Matrimônio, senão aquele dever e vínculo recíproco, expresso pelo próprio sentido da palavra ‘união’.
Acrescenta-se ‘conjugal’, porquanto nenhuma relação tem, com a natureza do Matrimônio, todas as outras espécies de contratos, que fazer possam entre si homens e mulheres, para se auxiliarem mutuamente, por dinheiro ou por outros interesses.

O casamento, segundo a perspectiva cristã católica, deve ter como fundamento a afetividade e a união entre o casal que se tornará apenas um só após a realização do sacramento, uma vez que, conforme o versículo bíblico: “de modo que já não são dois, mas uma só carne” (Bíblia Pastoral, Mateus 19:6). Tal preceito se distancia de relações que envolvem o interesse e o dinheiro, sendo visto pelo Catecismo Romano em uma perspectiva

somente conjugal. Sob esse viés, esse princípio cristão de união vai na contramão com o que acontece com Aurélia e Seixas, no romance *Senhora*.

4.3 O fingimento e o orgulho: o preço pelo status social

O casamento entre Aurélia e Seixas é permeado pelo vazio afetivo e pelo distanciamento entre o casal. Isso acontece, pois, o matrimônio, embora legitimado, é baseado no interesse de Seixas em ascender socialmente e marcado por ressentimentos de Aurélia sobre o seu esposo. A relação vivenciada pelos personagens é infeliz e mascarada para a sociedade, que julga e ambiciona a “felicidade” e “sorte” do casal. Sobre isso, o fragmento em destaque:

- Como ela é feliz! - diziam os homens.
 - E tem razão! - acrescentaram as senhoras voltando os olhos ao noivo.
 Também a fisionomia de Seixas se iluminava com o sorriso da felicidade. O orgulho de ser o escolhido daquela encantadora mulher ainda mais lhe ornava o aspecto já de si nobre e gentil. (Alencar, 2020, p. 67)

A ilusão da sociedade era nítida, e o casal precisava manter a distinção a fim de manter a honra de ambos. Desse modo, os dois seguiam os dias tentando manter na frente das pessoas a casualidade. O fingimento acontecia até mesmo com D. Firmina, que era a responsável por Aurélia desde que a jovem ficou órfã. A respeito disso, destaca-se:

Fernando parou um instante ao entrar na sala; depois do que, firmando--se na resolução tomada, dirigiu-se a sua mulher para saudá-la. Todavia não calculava ele de que modo se desempenharia desse dever.
 Aurélia viu o movimento. A saudação matinal do marido ia despertar suspeitas em D. Firmina.
 Seixas adiantava-se. A moça ergueu-se estendendo-lhe a mão, e inclinando a cabeça sobre a espádua com uma ligeira inflexão, apresentou-lhe a face, para receber o casto beijo da esposa. (Alencar, 2020, p. 123-124)

Nessa cena é perceptível o esforço diário que Aurélia e Seixas fazem para não serem revelados acerca da relação fracassada que vivem. Sendo assim, ambos se cumprimentam à vista dos outros e dialogam como se estivessem de fato vivenciando a convivência matrimonial.

Embora existisse sentimento, Aurélia carregava consigo ressentimentos e Seixas sentia-se inferior devido à posição a que havia se sujeitado. Conforme Borges (2012, p. 288-289):

A moça e o rapaz inseriam-se numa ligação ambígua e conflituosa, fundamentada na busca do amor puro em tensão com as vantagens materiais e financeiras almeçadas por aquele, mesmo que se amando mutuamente. Assim, expõe-se a tensão ininterrupta entre o ideal masculino, edificado por Aurélia, representado por Fernando, contra uma masculinidade estabelecida e praticada histórica e socialmente, figurada em Seixas, com seus valores e suas atitudes, como negativa.

A relação conflituosa inicia-se quando, mesmo havendo sentimentos, o interesse em ascender socialmente se sobressai. Logo, a figura masculina de Seixas, idealizada por Aurélia, é influenciada pelas convenções sociais do século XIX, visto que coloca o amor abaixo do *status* social, tendo uma posição de um homem ambicioso e materialista.

Em consequência disso, o relacionamento é marcado pela constante humilhação em que o sujeito se submeteu a nível de mercadoria a sua proprietária -Aurélia- que, apesar dos ressentimentos, mantém o orgulho e a vingança. Sobre essa perspectiva, Candido (2006, p. 16) afirma que:

Vemos que o comportamento do protagonista exprime, em cada episódio, uma obsessão com o ato de compra a que se submeteu, e que as relações humanas se deterioram por causa dos motivos econômicos. A heroína, endurecida no desejo de vingança, possibilitada pela posse do dinheiro, inteiriça a alma como se fosse agente duma operação de esmagamento do outro por meio do capital, que o reduz a coisa possuída.

Desse modo, a relação se passava de maneira fria, distante e fingida. O fragmento a seguir demarca, mais uma vez, a simulação matrimonial entre o casal:

Depois do lanche, Aurélia convidou o marido para darem uma volta pelo jardim; mas havia senhoras nas janelas da vizinhança, quis expor-se aos olhares curiosos. Ela não era a noiva feliz e amada; mas as outras a supunham, e tanto bastava para que seu pudor a recatasse às vistas dos estranhos. (Alencar, 2020, p. 130)

Embora existisse a frieza e uma relação falsa, eles mantinham a visão idealizada acerca de seu casamento, em que a felicidade e o amor predominavam em tudo. Nessa

conjuntura, José de Alencar, a partir da relação conflituosa e mercantilista de Aurélia e Seixas, possui a intencionalidade de fazer uma crítica à hipocrisia e aos reais desejos da sociedade do século XIX. Para isso, ele utiliza-se da dimensão sociocultural da literatura que, conforme Reis (2013, p. 31) convém “a possibilidade de caracterizarmos o fenômeno literário de um ponto de vista sociocultural decorre, em primeira instância, de uma concepção da literatura como prática constituída e definida em funções de critérios sociais”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a literatura é o retrato do mundo real, que expõe o lado bom e sombrio da sociedade, esta análise retratou a construção da relação mercantilista no matrimônio representado na obra *Senhora* (1875) de José de Alencar.

A pesquisa evidenciou que, ao construir a narrativa envolvente entre os personagens Fernando Seixas e Aurélia Camargo, o narrador onisciente fez a utilização de ironias para revelar as verdadeiras faces dos personagens, que consiste em uma relação amorosa prevista como um comércio, assemelhando-se aos preceitos mercantis que regiam o Código Comercial Brasileiro de 1850, e contrastando com os dogmas religiosos contidos no Catecismo Romano.

A pesquisa analisou a construção narrativa da relação matrimonial, pelo viés mercantilista, na obra *Senhora*, observando de maneira específica as percepções acerca do matrimônio presentes no romance e os traços da relação mercantilista através do relacionamento amoroso entre os protagonistas.

A partir disso, notou-se a instituição matrimonial sob uma perspectiva distante da afetividade, retratada pelos protagonistas da obra literária. Além disso, foi possível identificar o casamento como uma formalização acometida pelo interesse em possuir condição financeira através do dote, bem como atingir o *status* social prestigiado pela alta sociedade do século XIX.

A abordagem metodológica se deu pela pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, que permitiu o diálogo entre a obra *Senhora* e a concepção de teóricos acerca da temática, que facilitou para atingir os objetivos desta pesquisa. Essa análise foi essencial para comprovar como José de Alencar, na estética romântica, construiu personagens com princípios em constante conflito, como forma de desvelar a moral da época.

Destaca-se a relação matrimonial entre Fernando Seixas e Aurélia Camargo com semelhanças na legislação mercantilista prevista pelo Código Comercial Brasileiro de 1850. Nessa perspectiva, o casamento dos personagens consistiu em uma relação de compra e venda, na qual Aurélia assumiu a posição de compradora, e Seixas vendeu-se como uma espécie de mercadoria.

A partir da análise, pode-se afirmar que o problema de pesquisa foi respondido de maneira apropriada, uma vez que a obra *Senhora* expõe, por meio de sua narrativa, a representação do interesse econômico a partir do casamento, distanciando-se do amor idealizado retratado no cenário romântico.

Para a construção de pesquisas futuras, na área de literatura, seria interessante e uma forma de contribuir para mais estudos nesta área, realizar a comparação entre a obra pesquisada, *Senhora*, com outras obras do autor José de Alencar, ainda à vista de como acontece a construção do matrimônio e de que modo ele reflete na sociedade, seja por amor, ou por pura conveniência.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. **Senhora**. São Paulo: Principis, 2020;

ABRANTES, Elizabeth. “**O dote é a moça educada**”: mulher, dote e instrução em São Luís na Primeira República. Niterói, 2010. Disponível em:

<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1252.pdf> Acesso em: 09/04/2025.

BRASIL. **Código comercial do império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1878;

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2022;

BÍBLIA. **Bíblia Pastoral**: tradução da Bíblia em linguagem pastoral. 10. ed. São Paulo: Paulus, 2010;

BORGES, Valdeci Rezende. **Gênero e mercado matrimonial em Senhora de José de Alencar**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 45, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15016> . Acesso em: 08/04/2025;

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 2000;

CANDIDO, Antonio. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas, 2002;

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006;

CHIAPPINI, Ligia; LEITE, Moraes. **O foco narrativo**. São Paulo: Ática, 1997;

Catecismo romano: edição portuguesa baseada na edição autêntica de 1566. Tradução de Frei Leopoldo Pires Martins. São Paulo: Permanência, 1566-1572;

ECO, Umberto. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994;

FRANCO JR., Arnaldo; BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. **Operadores da narrativa**. São Paulo: Editora Humanitas, 2003;

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

REIS, Carlos. **A construção do sentido**: estrutura e ideologia na narrativa. 3. ed. São Paulo: Ática, 2013;

RIBEIRO, Luis Filipe. **Mulheres de papel: um estudo do imaginário em José de Alencar e Machado de Assis**. Editora Da Universidade Federal Fluminense, 1996;

ZORDAN, Eliana Piccoli; FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. **Copiar ou (re) criar? Perspectivas histórico-contextuais do casamento. Como se perpetua a família**, 2005.

Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EIrxCAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA47&dq=+ZORDAN,+Eliana+Piccoli%3B+FALCKE,+Denise%3B+WAGNER,+Adriana.+Copiar+ou+(re)+criar%3F+Perspectivas+hist%C3%B3rico-contextuais+do+casamento.+Como+se+perpetua+a+fam%C3%ADlia,+2005.+&ots=Mzs54wqkhq&sig=waSxnLhg2xJ-mvTaYiqz9Wu22GU#v=onepage&q=ZORDAN%2C%20Eliana%20Piccoli%3B%20FALCKE%2C%20Denise%3B%20WAGNER%2C%20Adriana.%20Copiar%20ou%20(re)%20criar%3F%20Perspectivas%20hist%C3%B3rico-contextuais%20do%20casamento.%20Como%20se%20perpetua%20a%20fam%C3%ADlia%2C%202005.&f=false)

[BR&lr=&id=EIrxCAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA47&dq=+ZORDAN,+Eliana+Piccoli%3B+FALCKE,+Denise%3B+WAGNER,+Adriana.+Copiar+ou+\(re\)+criar%3F+Perspectivas+hist%C3%B3rico-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EIrxCAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA47&dq=+ZORDAN,+Eliana+Piccoli%3B+FALCKE,+Denise%3B+WAGNER,+Adriana.+Copiar+ou+(re)+criar%3F+Perspectivas+hist%C3%B3rico-contextuais+do+casamento.+Como+se+perpetua+a+fam%C3%ADlia,+2005.+&ots=Mzs54wqkhq&sig=waSxnLhg2xJ-mvTaYiqz9Wu22GU#v=onepage&q=ZORDAN%2C%20Eliana%20Piccoli%3B%20FALCKE%2C%20Denise%3B%20WAGNER%2C%20Adriana.%20Copiar%20ou%20(re)%20criar%3F%20Perspectivas%20hist%C3%B3rico-contextuais%20do%20casamento.%20Como%20se%20perpetua%20a%20fam%C3%ADlia%2C%202005.&f=false)

[contextuais+do+casamento.+Como+se+perpetua+a+fam%C3%ADlia,+2005.+&ots=Mzs54wqkhq&sig=waSxnLhg2xJ-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EIrxCAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA47&dq=+ZORDAN,+Eliana+Piccoli%3B+FALCKE,+Denise%3B+WAGNER,+Adriana.+Copiar+ou+(re)+criar%3F+Perspectivas+hist%C3%B3rico-contextuais+do+casamento.+Como+se+perpetua+a+fam%C3%ADlia,+2005.+&ots=Mzs54wqkhq&sig=waSxnLhg2xJ-mvTaYiqz9Wu22GU#v=onepage&q=ZORDAN%2C%20Eliana%20Piccoli%3B%20FALCKE%2C%20Denise%3B%20WAGNER%2C%20Adriana.%20Copiar%20ou%20(re)%20criar%3F%20Perspectivas%20hist%C3%B3rico-contextuais%20do%20casamento.%20Como%20se%20perpetua%20a%20fam%C3%ADlia%2C%202005.&f=false)

[mvTaYiqz9Wu22GU#v=onepage&q=ZORDAN%2C%20Eliana%20Piccoli%3B%20FALCKE%2C%20Denise%3B%20WAGNER%2C%20Adriana.%20Copiar%20ou%20\(re\)%20criar%3F%20Perspectivas%20hist%C3%B3rico-](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EIrxCAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA47&dq=+ZORDAN,+Eliana+Piccoli%3B+FALCKE,+Denise%3B+WAGNER,+Adriana.+Copiar+ou+(re)+criar%3F+Perspectivas+hist%C3%B3rico-contextuais+do+casamento.+Como+se+perpetua+a+fam%C3%ADlia,+2005.+&ots=Mzs54wqkhq&sig=waSxnLhg2xJ-mvTaYiqz9Wu22GU#v=onepage&q=ZORDAN%2C%20Eliana%20Piccoli%3B%20FALCKE%2C%20Denise%3B%20WAGNER%2C%20Adriana.%20Copiar%20ou%20(re)%20criar%3F%20Perspectivas%20hist%C3%B3rico-contextuais%20do%20casamento.%20Como%20se%20perpetua%20a%20fam%C3%ADlia%2C%202005.&f=false)

[contextuais%20do%20casamento.%20Como%20se%20perpetua%20a%20fam%C3%ADlia%2C%202005.&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=EIrxCAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA47&dq=+ZORDAN,+Eliana+Piccoli%3B+FALCKE,+Denise%3B+WAGNER,+Adriana.+Copiar+ou+(re)+criar%3F+Perspectivas+hist%C3%B3rico-contextuais+do+casamento.+Como+se+perpetua+a+fam%C3%ADlia,+2005.+&ots=Mzs54wqkhq&sig=waSxnLhg2xJ-mvTaYiqz9Wu22GU#v=onepage&q=ZORDAN%2C%20Eliana%20Piccoli%3B%20FALCKE%2C%20Denise%3B%20WAGNER%2C%20Adriana.%20Copiar%20ou%20(re)%20criar%3F%20Perspectivas%20hist%C3%B3rico-contextuais%20do%20casamento.%20Como%20se%20perpetua%20a%20fam%C3%ADlia%2C%202005.&f=false) Acesso em: 11/04/2025.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÔNICA
DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA BASE DE DADOS DA
BIBLIOTECA**

1. Identificação do material bibliográfico:

[] Monografia [X] TCC Artigo

Outro: _____

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: Letras-Português

Centro: Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

Autor(a): Samilly da Silva Borges

E-mail (opcional): samillyborges803@gmail.com

Orientador (a): Profa. Dra. Cristiane Feitosa Pinheiro

Instituição: UFPI/CSHNB

Membro da banca: Profa. Dra. Aucelia Vieira Ramos

Instituição: UFPI/CSHNB

Membro da banca: Prof. Dr. Welbert Feitosa Pinheiro

Instituição: UFPI/CSHNB

Titulação obtida: Licenciada em Letras-Português

Data da defesa: 27 / 06 /2025

Título do trabalho: A relação mercantilista representada pelo matrimônio no espaço romântico traçado por José de Alencar em *Senhora*

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: [X]

Parcial: []. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a portaria nº 360, de 18 de maio de 2022 que dispõe em seu Art. 1º sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, na base dados da biblioteca, no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Picos-PI Data: 10 / 07 / 2025

Assinatura do(a) autor(a): _____

Documento assinado digitalmente
 SAMILLY DA SILVA BORGES
Data: 10/07/2025 12:56:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

* **Texto** (PDF); **imagem** (JPG ou GIF); **som** (WAV, MPEG, MP3); **Vídeo** (AVI, QT).